



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Abertura do I Seminário Nacional Infância e Juventude no Brasil

Estamos aqui para participar de um acontecimento essencialmente democrático. Por iniciativa do Governo, e com o apoio da UNICEF, os participantes do Seminário que ora se inaugura, examinarão quatro temas aos quais o Governo atribui a mais alta importância, e dos quais procura cuidar com alta prioridade e inteira transparência. São eles: os direitos humanos, a cidadania, a infância e a juventude, e a violência. O Brasil não tem nada a esconder. O que aqui existe de errado deve ser apresentado, a fim de que a sociedade cobre soluções mais urgentes e o Governo aja na direção correta.

Inauguramos uma nova fase na história do tratamento dos direitos humanos neste País. Estamos empenhados em fazer o que nos cabe para que a Constituição seja rigorosamente obedecida. Nesse sentido, estamos abertos a acolher denúncias, críticas e sugestões, de brasileiros ou estrangeiros, de indivíduos ou de entidades como a Anistia Internacional. Exigimos apenas que tudo isso se faça com ânimo construtivo, com o objetivo de dar elementos para construção de uma sociedade mais justa e não com fins meramente promocionais ou eleitoreiros.

Quanto à cidadania, a própria conclusão do processo de transição democrática deu ao nosso povo vários requisitos bási-

cos para que sejamos cidadãos na acepção mais plena da palavra. A liberdade, nós já conquistamos. Resta agora fazer com que essa liberdade passe a influir efetivamente no dia-a-dia dos brasileiros, em todas as suas dimensões.

A infância e a juventude são temas absolutamente prioritários de meu governo. Este seminário é expressão concreta dessa prioridade e da disposição que temos de abordar o assunto em suas mais variadas dimensões, mesmo as mais delicadas e até difíceis para nós brasileiros. O programa «Ministério da Criança» é a síntese da vontade empenhada em reverter a situação intolerável do menor carente neste País.

«Não aceito a idéia
de uma geração perdida.»

Estou pessoalmente engajado em liderar uma cruzada nacional contra a violência e o crime, e muito particularmente, contra a violência praticada todos os dias contra as nossas crianças e os nossos adolescentes. Tenho plena consciência das barbaridades que acontecem em nossas grandes cidades, e também no campo. Não aceito a idéia de uma geração perdida. O Governo, e toda a sociedade, têm a obrigação moral de mobilizar os recursos e a força de vontade necessários para corrigir essa realidade.

A violência contra as crianças e contra as pessoas de modo geral, é injustificada e deve ser banida do País e da face da Terra. Mas, em certa medida, no Brasil e em outras partes do mundo, essa violência é o resultado de uma outra violência: a miséria, a fome, a doença, o abandono e a desesperança. Temos de erradicar a violência das injustiças socio-econômicas. Temos, enfim, de realizar o quanto antes a nossa aspiração de construir uma sociedade próspera e socialmente justa. Tal como a defesa dos direitos humanos e da cidadania, o desenvolvimento é também um imperativo moral, pois o subdesenvolvimento é cada vez mais a negação das necessidades essenciais da pessoa humana.

Esse é o desafio que tenho em mente quando falo da construção de um Brasil novo. Esse é o objetivo de minha ação à frente do Governo. Estou convencido de que somos capazes, e de que vamos vencer a luta pelo progresso. Vamos cuidar de fazer deste País uma sociedade cívica. Uma comunidade em que nossos filhos tenham assegurados os meios necessários à sua realização, e em que sejam preservados os valores fundamentais da civilização a que pertencemos.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de abertura do I Seminário Nacional
Infância e Juventude no Brasil: os Direitos Humanos,
a Cidadania e a Violência, realizado em Brasília, DF,
no dia 22 de agosto de 1990.*